

Tornando-se necessário proceder-se a desanexação de Dependências de algumas Empresas Estatais Agro-Pecuárias;

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 47.º e alínea g) do art. 42.º da Constituição Política, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe decreta e eu promulgo o seguinte:

Art. 1.º — São desanexadas as Dependências pertencentes as seguintes Empresas:

Santa Catarina  
Diogo Vaz  
Ponta Figo  
Bela Vista  
Santa Margarida  
Monte Café  
Milagrosa  
Colónia Açoreana  
Ribeira Peixe  
Sundy e Porto Real

Art. 2.º — As Dependências referidas no artigo anterior são as seguintes: Jô e Maria Luisa, Juliana de Sousa, Binda, S. José, Cadão (S. Oscar), Monte Forte, Rosema, Ribeira Funda, Ribeira Palma, Fortunato, Gratidão, Diogo Nunes, Santarém, Catanbede, Palmar, Filipina, Vila Inácia, Figueira, Rodia, Água-Tanque, Piedade Cima, Mulembú, Maya, Vila-Moura, Benfica, Monta-Alegre, Monte-Estóvil, Santy, Trás-os-Montes, Abade, Bombaim, Águas Belas, Roca Nova, Santa Elvira, Santa Adelaide, Java, Caridade, Micondó, Alto Vouga, Angra-Toldo, Água João, Estrela, Granja e Soledade, S. João, Vale do Carmo, Guayaquil, Fraternidade, Paciência, Ponta Forte, Belo-Monte, Santa Rita, Santo Cristo, Praia d'Evora, Olimpia.

Art. 3.º — Enquanto não se verificar o Envolvimento do cidadão para a Reabilitação das Dependências referenciadas, a responsabilidade de exploração das mesmas continuará a cargo das Empresas respectivas.

Art. 4.º — Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em S. Tomé, aos 14 de Julho de 1988. — O Primeiro Ministro, Celestino Rocha da Costa. — O Ministro da Defesa e Ordem Interna, Raúl Wagner Bragança da Conceição Neto. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco Fortunato Pires. — O Ministro da Justiça e Administração Pública, Francisco Fortunato Pires. — O Ministro da Economia e Finanças, Teotónio Ângelo d'Alva Torres. — O Ministro da Agricultura e Pescas, Oscar Aguiar do Sacramento e Sousa. — O Ministro-Delegado do Primeiro-Ministro para o Distrito de Pagué, Manuel Quaresma dos Santos Costa. — Pelo Ministro da Cooperação, Francisco Fortunato Pires. — Pelo Ministro Delegado do Primeiro Ministro, Francisco Fortunato Pires. — O Ministro da Educação e Cultura, Lúcia Silva Graça Espírito Santo Costa. — O Ministro da Saúde, Trabalho e Segurança Social, Armindo Vaz d'Almeida. — Pelo Ministro do Equipamento Social e Ambiente, Oscar Aguiar do Sacramento e Sousa.

#### Decreto-Lei n.º 34/88

Tendo em conta a Política de Envolvimento do cidadão na Reconstrução Económica do País;

Considerando que a materialização dessa Política na vertente agrícola pressupõe a cedência de terras que actualmente se encontram inseridas nas áreas que limitam as grandes Empresas;

Promulgado em 10 de Setembro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MANUEL PINTO DA COSTA.